

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.467.968 - RJ
(2019/0073221-4)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : A2G CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADOS : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS E
OUTRO(S) - RJ112211
MARCOS SILVÉRIO DE CARVALHO - RJ138122
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por A2G CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ao despacho de fl. 229.

Sustenta a parte embargante que:

A embargante interpôs Recurso Especial. Ocorre que, por um equívoco, somente foi anexada o comprovante de pagamento da guia do recurso.

Aquele tribunal, que é o responsável pelo juízo de admissibilidade do recurso, vendo que se tratava de erro material plenamente sanável intimou o Recorrente a corrigir o referido erro, na forma do art. 1.007, §7º, do CPC, e assim foi feito.

Atestado que a guia foi devidamente recolhida, aquele Tribunal atestou tal informação em certidão que consta em fl. 225.

[...]

Outrossim, destaca-se que não houve qualquer equívoco no despacho proferido pelo Tribunal Regional Federal, pois o §4º do art. 1.007 do CPC é claro ao afirmar que o recolhimento em dobro somente será realizado quando não for comprovado o recolhimento do preparo, o que certamente ocorreu nos autos. (fl. 233/234).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Registre-se que se trata de um mero despacho oportunizando a regularização do vício pela parte, ou seja, não se está discutindo a *ratio* de inadmissão, razão pela qual descabida essa análise em sede de embargos, não tendo, sequer, decisão sobre o recurso ainda.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria posta a apreciação desta Corte foi julgada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Após, retornem-me os autos conclusos para julgamento do recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente